

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA (AJUSTE DIRETO)

PRC/2024/I37/JUR/AD

Convite à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica e eventual patrocínio judiciário

I. A “Águas do Centro Litoral, S.A.” adiante designada por AdCL, com sede na ETA da Boavista | Av. Dr. Luís Albuquerque | 3030-410 Coimbra telefone +351 239 980 900, fax +351 239 980 949, , Correio Eletrónico compras.adcl@adp.pt, convida essa entidade a apresentar proposta no âmbito de consulta para a aquisição de prestação de serviços de assessoria jurídica e eventual patrocínio judiciário, no âmbito da determinação da responsabilidade pelos danos verificados no pavimento da A17, no local do atravessamento da CE_Pisão_(CT2)_II – EMP 180, cumprindo o especificado no caderno de encargos.

2. Informa-se que:

- a) A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente do Conselho de Administração, Doutor Alexandre Tavares, em 20.12.2024, no uso da competência que lhe foi delegado de acordo com o Manual de Delegação de Competências em vigor;
- b) A escolha do procedimento de ajuste direto funda-se no disposto na alínea d) do n.º I do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do departamento das Compras e Logística.
- d) As peças do procedimento podem ser consultadas e descarregadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.

- e) Todas as comunicações entre AdCL e os concorrentes serão realizadas através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite .
 - f) No **ANEXO D** encontra-se o *Manual para Apresentação de Proposta e Documentos através de Link Recebido por Email*.
3. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a identificação de erros e omissões identificados pelo interessado devem ser apresentados até ao termo do primeiro terço do prazo para apresentação da proposta, através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.
4. O prazo para a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e para a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelo interessado é o termo do segundo terço do prazo para apresentação da proposta, através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.
- 5. Local e Objeto da Prestação de serviços:**
- a) O local da prestação de serviços é sito no domicílio do adjudicatário.
 - b) O objeto do procedimento é a prestação de serviços de assessoria jurídica e eventual patrocínio judiciário, no âmbito da determinação da responsabilidade pelos danos verificados no pavimento da A17, no local do atravessamento da CE_Pisão_(CT2)_II ao km 83+050 da A17– EMP 180, com observância das especificações técnicas do Caderno de Encargos.
6. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo **do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO A** ao presente Convite;
 - b) Preço unitário por hora em conformidade com o modelo no **ANEXO B** do Convite.
7. O preço da proposta será expresso em euros, com duas casas decimais e não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”).
8. O preço base unitário é de 125,00€/hora (*cento e vinte e cinco euros por hora*) para a presente aquisição de serviços, para um preço máximo contratual de €9.500,00 € (*nove mil e quinhentos euros*).

9. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
10. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
11. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
12. A proposta deve ser apresentada até às 18h00m00s do dia **15 de janeiro de 2025** através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.
13. São encargos dos convidados as despesas inerentes à elaboração da proposta.
14. É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção da proposta.
15. As propostas não serão objeto de negociação.
16. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução ao adjudicatário.
17. Os serviços da entidade adjudicante elaborarão a proposta de decisão de adjudicação fundamentado, que submeterá ao competente órgão para a decisão de contratar.
18. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.
19. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias através da plataforma, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO C** ao presente convite;
 - b) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal.
 - e) Cédula Profissional de Advogado ou documento equivalente;

- f) Comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), quando aplicável

E ainda:

- g) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link.
- h) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Regulamento para Fornecedores está disponível no mesmo link);
- i) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para outorga do contrato, acompanhada de título legitimador, caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea seguinte;
- j) Identificação da pessoa, morada, número de fax e email para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

20. A apresentação dos documentos referidos no número anterior pode ser substituída pela indicação do sítio na Internet onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril.

21. A minuta do contrato de aquisição de serviços é notificada em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se a mesma aceite caso não seja formulada qualquer reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à notificação.

22. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no ponto 19 do presente Convite;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no

caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

23. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este poderá dispor de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
24. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar
25. Os dados pessoais, que eventualmente constem da proposta e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do também do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
26. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
27. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
28. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
29. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.
30. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

31. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
32. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Junta: caderno de encargos

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(cfr Alínea a) do ponto 6)

1 -(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*] tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de encargos relativo à celebração de contrato a celebrar na sequência do procedimento de prestação de serviços de assessoria jurídica e eventual patrocínio judiciário, no âmbito determinação da responsabilidade pelos danos verificados no pavimento da A17, no local do atravessamento da CE_Pisão_(CT2)_II, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, do CCP, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO B
MODELO DE PROPOSTA
(cfr Alínea b) do ponto 6)

.....(nome, número de documento de identificação), na qualidade de representante legal de (I)
... [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*]depois de ter tomado conhecimento do objeto do Ajuste Direto para a prestação de serviços de assessoria jurídica e eventual patrocínio judiciário, no âmbito determinação da responsabilidade pelos danos verificados no pavimento da A17, no local do atravessamento da CE_Pisão_(CT2)_II, a que se refere o convite datado de [*data do envio*], vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de encargos, pelo preço de €/valor hora (.....euros por hora), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado até à celebração de acordo extrajudicial para determinação da responsabilidade pelos danos verificados no pavimento da A17, no local do atravessamento da CE_Pisão_(CT2)_II ou até ao trânsito em julgado da ação que vier a ser intentada para determinação daquela responsabilidade ou até que se atinja o valor contratual máximo de 9.500,00€ (nove mil e quinhentos euros).

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO C
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
(cfr Alínea a) do ponto 19)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de aquisição de serviços de assessoria jurídica, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO D
MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS ATRAVÉS DE LINK
RECEBIDO POR EMAIL

(cfr. Alínea f) ponto 2 da Carta Convite)

De acordo com o ficheiro denominado por “*acinGov I Manual Tramitação Simplificada-V5.pdf*”